

INCTE 2017

II Encontro Internacional de Formação na Docência

II International Conference on Teacher Education

Livro de Atas



**INSTITUTO POLITÉCNICO
DE BRAGANÇA** Escola Superior de Educação

Bragança | 5 e 6 de maio | 2017

Livro de Atas

II Encontro Internacional de Formação na Docência (INCTE)

II International Conference on Teacher Education (INCTE)

Título: II Encontro Internacional de Formação na Docência (INCTE): Livro de atas
Edição: Instituto Politécnico de Bragança
Editores: Manuel Vara Pires, Cristina Mesquita, Rui Pedro Lopes, Graça Santos,
Mário Cardoso, João Sousa, Elisabete Silva, Carlos Teixeira (Eds.)
Ano: 2017
ISBN: 978-972-745-222-4
Handle: <http://hdl.handle.net/10198/4960>

Educar para a cidadania em educação pré-escolar: OCEPE, guiões e currícula

Hélder Henriques¹, Amélia Marchão¹
helderhenriques@esep.pt, ameliamarchao@esep.pt

¹ *Instituto Politécnico de Portalegre, Portugal*

Resumo

O objetivo deste trabalho prende-se com a necessidade de valorizar a Educação para a Cidadania no quadro formativo de um Mestrado em Educação Pré-Escolar em Portugal. Entendemos que é necessário incluir no âmbito da formação de educadoras/es de infância, de um modo articulado e transversal, aspetos direcionados para a Educação para a Cidadania – como a igualdade de oportunidades; as questões de género; educação para a paz; multiculturalidade; entre outros. Assim, relevamos a importância de um diálogo entre as recém publicadas Orientações Curriculares para a Educação de Infância (OCEPE) (2016), os Guiões de Educação, Género e Cidadania (GEGC) (2010) e os programas curriculares concebidos no âmbito de um mestrado em Educação Pré-Escolar. O problema em evidência pode materializar-se na seguinte questão de partida: Depois de publicados os Guiões de Educação, Género e Cidadania - Educação Pré-escolar e de reformuladas as OCEPE, até que ponto os *Curricula* do Mestrado em Educação Pré-escolar, de uma instituição de ensino superior portuguesa, refletem esses processos de valorização da Educação para a Cidadania? Esta questão constitui o ponto de partida orientado para o ano letivo de 2016/2017. Do ponto de vista teórico desenvolvemos uma discussão sobre a importância da Educação para a Cidadania, a partir de documentos orientadores antes identificados e de autores diversos que têm realizado estudos sobre cidadania em contexto de Educação Pré-Escolar. Seguidamente analisaremos, em concreto, as evidências que os *curricula* nos proporcionam relacionados com a problemática da Educação para a Cidadania, no caso da instituição de formação que nos serve de contexto. Optamos por uma abordagem metodológica de perfil misto (qualitativo e quantitativo) de forma a evidenciar o diálogo entre o corpus documental selecionado (OCEPE, GEGC, *Curricula*), à luz da abordagem teórica. Em suma, pretendemos diagnosticar e valorizar a importância atribuída à Educação para a Cidadania na formação de educadoras/es de infância em Portugal num tempo que é necessário reforçar valores fundamentais ao desenvolvimento de sociedades tolerantes e promotoras da equidade junto das crianças mais novas.

Palavras-Chave: cidadania; educação pré-escolar; currículo.

1 Introdução

O propósito deste texto prende-se com a nossa atividade profissional no âmbito da formação de educadores de infância. O tempo em que vivemos exige a valorização da educação para a cidadania a partir das idades mais precoces. Para o efeito, é necessário preparar e sensibilizar as/os futuras/os educadoras/es de infância para a centralidade da cidadania no contexto da educação pré-escolar. Convictos da importância desta abordagem, propomos uma análise direcionada para um mestrado em Educação Pré-escolar, oferecido por uma instituição de ensino superior, tradicionalmente formadora de professores e educadoras/es, com o objetivo de interpretar o modo como os documentos orientadores para a educação de infância (nomeadamente, as OCEPE, 2016) foram, ou não, apropriados e estimulados no âmbito do processo de formação das futuras educadoras/es de infância.

Para cumprir o desígnio proposto iniciamos o trabalho com algumas incursões legais e teóricas (Vasconcelos, 2007; Martins & Mogarro, 2010; Cardona, Nogueira, Vieira, Uva & Tavares, 2010; entre outros) relacionadas com o jardim de infância e, posteriormente, discutimos a apropriação de uma matriz conceptual de cidadania no âmbito da formação de educadoras/es de infância, no mestrado

em análise. O *corpus* documental selecionado é composto por legislação, documentos de referência associados às práticas pedagógicas em jardim de infância e, ainda, as fichas curriculares e registos de prática pedagógica que serviram para realizar uma análise metodológica mista.

Defendemos que o mestrado em análise evidencia um trabalho articulado entre as orientações para a educação para a cidadania em educação de infância e a sua aplicação no contexto do mestrado em educação pré-escolar.

2 Cidadania e educação pré-escolar: incursões teóricas

As sociedades contemporâneas, fruto do processo de globalização económica, tendem a utilizar os sistemas educativos como instrumentos de preparação para o mundo do trabalho. O mundo ocidental exige cada vez mais atenção daqueles que formam os/as futuros/as professores/as e educadores/as de infância dado que são eles e elas, em articulação com os contextos familiares, que vão lidar com as crianças e jovens e estimulá-las para a sua participação em sociedade, num quadro de valores democráticos.

Assim, entendemos ser cada vez mais central que os sistemas educativos, da educação pré-escolar ao ensino universitário, fomentem o espírito crítico, a curiosidade científica e as regras e princípios sociomoraes necessários à construção de uma sociedade democrática, mais tolerante, justa e equitativa. Isto é, uma sociedade com uma visão ampla e com profundo sentido de cidadania. Defendemos que o desenvolvimento da educação na/para a cidadania deve implicar todo o sistema educativo e mobilizar a sociedade como um todo, logo a partir das idades mais novas. Deste modo, acreditamos que o jardim de infância é um *locus* de cidadania na medida em que aí se desenvolve a primeira etapa da educação ao longo da vida. Paralelamente acreditamos que as escolas de formação de educadores de infância assumem uma centralidade crescente no âmbito da sensibilização e formação dos futuros profissionais para as problemáticas da cidadania.

O conceito de cidadania deve ser entendido na perspetiva da multiplicidade concetual e das dimensões que transporta em si mesmo. Este conceito implica direitos e deveres, responsabilidade(s) e identidade(s), pertença e solidariedade, participação e igualdade, justiça, liberdade e procura incessante do bem-estar coletivo (Vasconcelos, 2007). A este propósito, Martins e Mogarro (2010) afirmam que

o conceito de cidadania é, geralmente, entendido como o conjunto de direitos e deveres do indivíduo que pertence a uma determinada comunidade, que passa a designar-se como cidadão. Recentemente, sobretudo nas sociedades democráticas, os autores enfatizam também a participação cívica, cultural e política (na forma de voluntariado, associativismo), como dimensões inerentes ao conceito de cidadania e à necessidade de promoção de uma cultura de responsabilidade individual e social. Esta dimensão tem levado alguns autores a salientar a importância de uma educação na cidadania em vez de para a cidadania e a diferenciar a cidadania passiva (direito de votar, de aceder à educação, dever de pagar os impostos e cumprir as leis) da cidadania activa, entendida em simultâneo como direito e dever de participar na vida social e política da comunidade (p. 187).

Esta conceção de cidadania coloca a escola como elemento fundamental no processo de formação de cidadãos críticos, inquietos e interventivos que não se acomodam perante qualquer tipo de injustiça, fazendo da sua participação na vida em comunidade o seu maior e mais eficaz trunfo de liberdade, de promoção da igualdade e da democracia. Esta inquietude deve ser promovida logo a partir do jardim de infância, esse *locus* de cidadania que Teresa Vasconcelos (2007) afirma como “uma das primeiras experiências de vida democrática das crianças” (p. 112) onde têm, ou devem ter, a possibilidade de participar na resolução dos problemas e de se mobilizarem para encontrar as soluções, de potenciar o conhecimento de si mesmas e das relações com os outros, fazendo do jardim de infância um espaço onde se aprende a fazer e a ser.

As ideias que acabamos de defender constituem parte fundamental na construção de um conjunto de documentos orientadores da educação de infância em Portugal. Em concreto, e por ordem cronológica, estamos a referir-nos à publicação da Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE) (1986); à Lei-Quadro

da Educação Pré-escolar (1997); às primeiras OCEPE (1997); à publicação do Guião de Educação, Género e Cidadania – Pré-escolar (2010) e, por fim, à publicação das novas OCEPE (2016).

A LBSE (1986) assume, no art.º 5, a importância da formação global da criança, o sentido de responsabilidade, associado ao da liberdade, a integração da criança em grupos ou o desenvolvimento equilibrado das potencialidades de cada criança, assim como a sua participação em sociedade. Este conjunto de princípios gerais traduzem-se de um modo mais específico nos objetivos da educação pré-escolar (art.º 10.º) na Lei-Quadro (1997) onde se reafirma a necessidade, entre outros aspetos, de promover o desenvolvimento pessoal e social da criança com base em experiências de vida democrática, numa perspetiva de educação para a cidadania; o respeito pela pluralidade de culturas ou, ainda, fomenta-se a igualdade de oportunidades no acesso à escola e para o sucesso da aprendizagem e o despertar da curiosidade e do pensamento crítico.

Na sequência destes documentos de enquadramento destacam-se dois novos elementos que reforçaram a importância da educação na/para a cidadania. Referimo-nos às OCEPE (1997; 2016) (que analisamos, no presente texto, a partir da versão mais recente (2016)) e ao Guião de Educação, Género e Cidadania – Pré-escolar (2010). Estes instrumentos constituíram uma mais-valia para o desenvolvimento da profissão e das práticas pedagógicas direcionadas para a multiplicidade de questões e dimensões que envolvem a cidadania numa fase fundamental da vida do ser humano.

Para Silva, Marques, Mata e Rosa (2016), autoras das Orientações Curriculares para a Educação Pré-escolar, a cidadania passa pela “formação de pessoas responsáveis, autónomas, solidárias, que conhecem e exercem os seus direitos e deveres, em diálogo e no respeito pelos outros, com espírito democrático, pluralista, crítico e criativo” (p. 39). As autoras defendem a importância do jardim de infância enquanto contexto de experiências e de aprendizagens onde as crianças exercem o seu direito à participação, desenvolvem um espírito de solidariedade e responsabilidade, bem como atitudes próprias – de equidade – em relação a aspetos tão diversos como “diferença de género, social, física, cognitiva, religiosa e étnica” (Silva et al., 2016, p. 39).

Este caminho construído no jardim de infância, em articulação com a família e o meio envolvente, implica tolerância e aceitação da diferença, assim como permite o desenvolvimento duma questão tão central como a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres (Henriques & Marchão, 2014). Afirmam as autoras (Silva et al., 2016) que “esta diversidade é entendida como forma de educação intercultural, em que as diferentes maneiras de ser e de saber contribuem para o enriquecimento da vida do grupo, para dar sentido à aquisição de novos saberes e à compreensão de diferentes culturas” (p. 39).

Em linha com esta perspetiva encontram-se também Cardona, Nogueira, Vieira, Uva e Tavares (2010) quando afirmam, perentoriamente, a necessidade de desenvolver o conceito de cidadania e, sobretudo, de aplicá-lo numa perspetiva inclusiva. Para atingir esse objetivo:

é necessário que cada cidadão ou cidadã desenvolva sentimentos de simpatia, empatia e solidariedade face aos outros e a outras culturas em particular. Para isso, é necessário uma política voltada para a flexibilidade e a heterogeneidade, isto é, para a diversidade cultural, procurando desenvolver políticas de interculturalidade, onde há respeito e aceitação de todos, havendo igualmente direitos e deveres (p. 36).

É a partir desta conceção de cidadania heterogénea ou múltipla que se pretende que o jardim de infância se consolide como um *locus* de cidadania onde as crianças se emancipam, são escutadas e assumem valor pelo que fazem, dizem e vivem com a sua individualidade e na relação com os outros (Marchão, 2012; Henriques & Marchão, 2016).

2.1 Cidadania na formação de educadores de infância: caraterização, procedimentos e resultados

As problemáticas associadas à cidadania constituem, como já defendemos antes, nos tempos que correm, um elemento que deve ser transversal a todos os níveis – educativo e de ensino. Se, no ponto anterior, já afirmamos a relevância dos contextos educativos associados a crianças dos 3 aos 5/6 anos de idade, enquanto espaços construtores de uma criança – cidadã, emancipada, com agência, gostaríamos

agora de evidenciar um outro espaço formativo fundamental que se encontra diretamente relacionado com os jardins de infância: as instituições de ensino superior, formadoras de educadores/as de infância em Portugal (em particular o curso de mestrado em Educação Pré-escolar).

Para o efeito, selecionamos uma instituição de ensino superior politécnica com longa tradição na formação destes profissionais, desde os anos 80 do século passado. O seu atual plano de estudos do mestrado em Educação Pré-escolar em análise caracteriza-se, globalmente, de acordo com a tabela 1:

Tabela 1: Plano de estudos - Mestrado em Educação Pré-Escolar

1.º ano/1.º Semestre (Unidades curriculares)	Área científica	1.º ano/2.º Semestre (Unidades curriculares)	Área científica	2º ano/3º Semestre (Unidades curriculares)	Área científica
Emergência da leitura e da escrita em educação pré-escolar	FAD	Prática e intervenção supervisionada em creche	PES	Prática e intervenção supervisionada em jardim de infância	PES
Investigação em educação	FEG	Contextos e processos em educação de infância	FEG	Cidadania na educação de infância	FAD
Prática de observação e cooperação em creche e jardim de infância	PES	Didática do Conhecimento do mundo na educação pré-escolar	DE	Avaliação em educação de infância	FEG
Didática do Português na educação pré-escolar	DE	Didática da Matemática na educação pré-escolar	DE	Seminário de orientação do relatório de estágio II	PES
Didática das Expressões na educação pré-escolar	DE	Seminário de orientação do relatório de estágio I	PES	Educação Inclusiva e Necessidades Especiais de Educação (Opção) e outras*	FEG
Média e Educação pré-escolar (Opção) e outras*	FAD				

Legenda: Organização e distribuição das Unidades Curriculares por anos/semestres e áreas científicas: FEG – Formação Educacional Geral; DE – Didáticas Específicas; PES – Prática de Ensino Supervisionada; FAD – Formação na área da docência.

* Refere-se apenas à que está em funcionamento no presente ano letivo.

As 16 Unidades Curriculares expressas na tabela 1 organizam-se em quatro grandes áreas científicas nas quais as estudantes devem reunir um conjunto de créditos (ECTS) obrigatórios à obtenção do grau ou diploma: 1) formação educacional geral (13 ECTS obrigatórios + 3 optativos); 2) didáticas específicas (24 ECTS obrigatórios); 3) Prática de Ensino Supervisionada (40 ECTS obrigatórios); e, 4) formação na área da docência (7 ECTS obrigatórios + 3 optativos).

O desenho do perfil curricular do mestrado em análise permite diagnosticar e interpretar o lugar da educação para a cidadania no âmbito da formação de educadoras/es de infância. Para o efeito, objetivamos esta intenção na seguinte pergunta orientadora: que evidências podemos encontrar no plano de estudos do mestrado em educação pré-escolar que realcem as questões direcionadas para a formação das estudantes em educação para a cidadania?

De modo a tentar responder a esta pergunta optou-se por uma análise metodológica mista (qualitativa e quantitativa), direcionada para o plano de estudos, e tomaram-se como objeto de análise as fichas curriculares *online* associadas a todas as Unidades Curriculares que compõem o mestrado em Educação Pré-escolar. Além das fichas curriculares analisamos, ainda, um conjunto de registos de atividades/planificações produzidas pelas estudantes do mestrado no âmbito das Práticas de Ensino Supervisionada. Esta escolha prende-se com a especificidade das práticas e com uma maior proximidade às escolhas que as estudantes fizeram relacionadas com as problemáticas da cidadania direcionadas ao contexto educativo onde realizaram o(s) seu(s) estágio(s), em particular no âmbito do jardim de infância.

O processo de análise referido materializou-se a partir da construção de uma grade de análise caracterizada pelas opções que, em particular, encontramos nas OCEPE (Silva et al., 2016). Esta grade permitiu a construção de uma visão mais ampla e diversificada sobre a importância (embora sempre relativa) atribuída às questões da cidadania no âmbito do mestrado em Educação Pré-escolar selecionado. Assim, procuramos, entre outros aspetos, identificar e analisar o mestrado de acordo com as linhas gerais propostas pelas OCEPE quando se afirma a necessidade de:

- 1) desenvolver o respeito pelo outro e pelas suas opiniões, numa atitude de partilha e de responsabilidade social; 2) respeitar a diversidade e solidarizar-se com os outros; 3) desenvolver uma atitude crítica e interventiva relativamente ao que se passa no mundo que a rodeia; 4) conhecer e valorizar manifestações do património natural e cultural, reconhecendo a necessidade da sua preservação (Silva et al., 2016, p. 40).

De forma a concretizar estas orientações optamos por construir uma grade conceptual, que cruzamos com o corpus documental selecionado, onde constam as seguintes categorias de análise: 1) educação e valores (categoria genérica); 2) educação ambiental e patrimonial; 3) respeito pelo outro e pelas suas opiniões; 4) promoção e desenvolvimento de pensamento crítico e interventivo; 5) educação para a igualdade de oportunidades; 6) educação intercultural ou para a multiculturalidade; 7) educação para a paz; 8) educação para os média; e, 9) educação para a saúde e higiene. Estas categorias acompanham o sentido apontado pelos documentos legais de referência da educação de infância em Portugal.

Numa análise global, com especial atenção às dezasseis fichas de Unidades Curriculares analisadas, as questões da cidadania apresentam-se como uma preocupação evidente no âmbito do curso estudado.

A tabela 2 demonstra que todas as Unidades Curriculares revelam uma preocupação com as problemáticas da cidadania. Todavia, deste conjunto devemos distinguir dois tipos de Unidades Curriculares: as que trabalham as questões da cidadania lateralmente; e, aquelas que assumem essas questões como eixos centrais de trabalho. Em relação ao primeiro tipo, incluímos, essencialmente, 3 Unidades Curriculares (Emergência da leitura e da escrita em educação pré-escolar); Didática do Português e Didática da Matemática na Educação Pré-escolar. Neste conjunto foi identificada apenas uma categoria de análise associada às problemáticas da cidadania. Curiosamente, o trio identificado assume a importância da promoção e desenvolvimento de pensamento crítico e interventivo (categoria 4) (Marchão, 2016). Com duas categorias identificadas no corpus documental analisado encontramos um conjunto de duas Unidades Curriculares: Didática das Expressões na Educação Pré-escolar e Média e Educação Pré-escolar (Opção).

Por fim, 11 Unidades Curriculares revelaram evidências na ordem das 3 ou mais categorias identificadas (maior centralidade na área da cidadania). É o caso da Avaliação em Educação de Infância (3 categorias); da Prática de Observação e Cooperação em Creche e Jardim de infância (3 categorias); Prática e intervenção supervisionada em creche (3 categorias); Contextos e Processos em Educação de Infância (3 categorias); Didática do Conhecimento do Mundo na Educação Pré-escolar (3 categorias); Seminário de Orientação do Relatório de Estágio I e II (3 categorias ambos); e, Educação Inclusiva e Necessidades Especiais de Educação (Opção) (3 categorias). Acrescentam-se, ainda, pela sua importância as Unidades Curriculares de: Investigação em Educação (4 categorias); Cidadania na Educação de Infância (5 categorias) e Prática e Intervenção Supervisionada em Jardim de infância (9 categorias).

No conjunto das Unidades Curriculares do mestrado percebemos que as categorias mais abordadas são, à luz principalmente das fichas das Unidades Curriculares – não invalidando que outras categorias

Tabela 2: Associação entre categorias de análise e Unidades Curriculares do Mestrado em Educação Pré-Escolar

1.º ano/1.º Semestre	Categoria	1.º ano/2.º Semestre	Categoria	2º ano/3.º Semestre	Categoria
Emergência da leitura e da escrita em educação pré-escolar	4;	Prática e intervenção supervisionada em creche	1; 4; 9;	Prática e intervenção supervisionada em jardim-de-infância	1; 2; 3; 4; 5; 6; 7; 8; 9;
Investigação em educação	1;4;5;8;	Contextos e processos em educação de infância	1; 3; 4;	Cidadania na educação de infância	1; 3; 4; 5; 6
Prática de observação e cooperação em creche e jardim-de-infância	1; 4; 9;	Didática do Conhecimento do mundo na educação pré -escolar	1; 2; 4;	Avaliação em educação de infância	3; 4; 5
Didática do Português na educação pré -escolar	4	Didática da Matemática na educação pré -escolar	4;	Seminário de orientação do relatório de estágio II	1; 3; 4;
. Didática das Expressões na educação pré -escolar	1; 4;	Seminário de orientação do relatório de estágio I	1; 3; 4;	Educação Inclusiva e Necessidades Especiais de Educação (Opção)	1; 3; 6;
Média e Educação pré-escolar (Opção)	4; 8;				

Legenda: 1) educação e valores (categoria genérica); 2) educação ambiental e patrimonial; 3) respeito pelo outro e pelas suas opiniões; 4) promoção e desenvolvimento de pensamento crítico e interventivo; 5) educação para a igualdade de oportunidades; 6) educação intercultural ou para a multiculturalidade; 7) educação para a paz; 8) educação para os média; 9) educação para a saúde e higiene.

sejam trabalhadas ao longo do curso pelos docentes e estudantes – as que dizem respeito, em primeiro lugar, à categoria quatro - promoção e desenvolvimento de pensamento crítico e interventivo (associada a 15 Unidades Curriculares); depois, a categoria genérica número um - Educação e valores (associada a 11 Unidades curriculares); e, por fim, a categoria número três - respeito pelo outro e pelas suas opiniões (associada a 7 Unidades Curriculares).

Estes aspetos revelam adequação às sugestões apresentadas no âmbito das OCEPE (Silva e al., 2016), sobretudo no que respeita ao “reconhecimento da criança como sujeito e agente do processo educativo” cuja opinião deve ser escutada e respeitada, onde se apresenta uma conceção de criança que é competente e que, por isso, exige maior trabalho por parte dos formadores e formadoras de educadores de infância no que diz respeito à promoção e desenvolvimento de atitudes de natureza crítica e interventiva consigo mesma/o e com todas/os aquelas/es que a/o rodeiam.

Da análise realizada percebe-se que, embora a relevância das questões da cidadania no primeiro ano do curso de mestrado esteja presente em 13 categorias identificadas em cada semestre no conjunto das unidades curriculares ministradas nesse período (11 Unidades Curriculares), é no 2.º ano (3.º semestre) que se verifica uma aposta maior, e destacada, relativamente às problemáticas da cidadania. No 2.º ano (3.º semestre) identificamos 23 categorias no conjunto de apenas cinco Unidades Curriculares. Destas, o destaque vai para uma Unidade Curricular (Cidadania em Educação de Infância) na área científica de formação na área da docência e a outra encontra-se no âmbito da Prática de ensino supervisionada (Prática e Intervenção Supervisionada em Jardim-de-infância).

Estas duas Unidades Curriculares merecem ser destacadas com uma análise mais fina e qualitativa. A Unidade Curricular de Cidadania em Educação de Infância tem 100 horas de trabalho previsto (35h de trabalho teórico-prático, 15 de orientação tutorial e as restantes de trabalho autónomo). Assume como objetivos de aprendizagem dirigidos às/aos futuras/os educadoras/es de infância:

- Conhecer o modo como a diferença se construiu, a partir de exemplos concretos do passado e do presente;
- Salientar o processo de promoção da democracia, e dos seus valores, através da Escola;
- Compreender o papel da Escola, em particular do Jardim-de-Infância, na promoção de igualdade de oportunidades;
- Compreender o papel da Escola, em particular do Jardim-de-Infância, na formação da identidade de género;
- Mobilizar e Operacionalizar saberes para a construção de projetos com vista ao desenvolvimento da cidadania;
- Reconhecer a importância de uma formação pessoal, social e axiológica;
- Distinguir direitos e deveres e projetá-los junto dos contextos educativos numa perspetiva de igualdade de oportunidades (Ficha de Unidade Curricular, 2016).

Os conteúdos propostos no âmbito desta Unidade Curricular apresentam-se através de quatro núcleos principais: 1) Estado, Escola e Cidadania na modernidade educativa; 2) Educação e cidadania: a inevitabilidade da relação; 3) Cidadania e igualdade de oportunidades – Género; e, 4) O/A Educador/a, a família e crianças (Ficha de Unidade Curricular, 2016).

O primeiro ponto procura fazer um enquadramento socio histórico e de interpretação simbólica daquilo que foi sendo produzido social e culturalmente no âmbito da modernidade educativa. O segundo ponto trata dos direitos humanos e, em particular, dos direitos da criança; questões relacionadas com a coesão social e solidariedade; justiça social; relações humanas; identidades e formação ao longo da vida. No terceiro ponto propõe-se uma discussão orientada para a formação da identidade de género; o género e currículo na educação de infância; a promoção da igualdade em jardim-de-infância; a desconstrução discursiva dos estereótipos; a organização do espaço como elemento promotor da igualdade, liberdade e responsabilidade da criança e a promoção de valores e práticas, com destaque para o diálogo, a partilha, a cooperação e o entendimento mútuo. Por fim, o último ponto do programa identifica como conteúdos as questões da intervenção educativa: do papel da família e da comunidade e da construção da sociedade democrática.

A Unidade Curricular de Prática e Intervenção Supervisionada em Jardim de Infância caracteriza-se pela especificidade da ação da futura educadora em contexto educativo e as estudantes devem realizar um total de 400 horas (das quais 180 em contexto de estágio; 30 horas de seminário e 40 horas de orientação tutorial, as restantes representam o trabalho autónomo).

Os objetivos de aprendizagem principais são os seguintes: 1 Desenvolver competências de investigação numa perspetiva de intervenção curricular, de co construção do conhecimento e de transformação dos contextos. 2 Usar procedimentos de investigação ação. 3 Aplicar instrumentos de recolha de dados para conhecer o Jardim de infância nas suas várias dimensões, dando ênfase à dimensão educativa. 4 Caracterizar o ambiente educativo e refletir criticamente sobre as opções subjacentes. 5 Conhecer as diversas componentes do trabalho do educador no Jardim de infância: observação, planificação, ação e avaliação. 6 Desenvolver processos de ensino-aprendizagem responsivos ao desenvolvimento global da criança em conformidade com o projeto pedagógico do Jardim de infância, integrando diferentes saberes (desenvolvimento e aprendizagem da criança, famílias, comunidade e desenvolvimento curricular). 7 Construir uma identidade reflexiva e crítica alicerçada em dinâmicas investigativas e promovendo a ética e deontologia próprias da profissão. 8 Interagir em equipa com os diferentes intervenientes no processo educativo. (Ficha de Unidade Curricular, 2016)

Esta Unidade Curricular, eminentemente prática, promove a investigação-ação aplicada ao contexto do jardim de infância (em articulação com a Unidade Curricular de Seminário de Orientação de Relatório de Estágio II (ver tabela 1). Aborda procedimentos, técnicas e instrumentos adequados à investigação; a ação educativa no jardim de infância e o perfil do desempenho profissional nas dimensões profissional, social e ética; assim como a dimensão do desenvolvimento do ensino e da aprendizagem; a dimensão da participação na escola e relação com a comunidade e o desenvolvimento profissional ao longo da vida.

Estes indicadores constituem elementos bastantes para incluir todo um conjunto de dimensões da cidadania que as/os estudantes procuram convenientemente desenvolver nos contextos educativos que vão frequentar numa estreita articulação entre as/os professoras/es supervisores, os orientadores de relatórios finais de prática e as/os educadoras/es cooperantes.

3 Considerações finais

A construção deste texto possibilitou a interpretação da importância atribuída a algumas dimensões da cidadania no enquadramento específico de um curso de mestrado em Educação Pré-escolar. Tornou-se evidente, a partir da análise do *corpus* documental selecionado, que as Unidades Curriculares foram construídas na sua globalidade atendendo às diversas problemáticas associadas à cidadania. Percebemos que há uma linha de continuidade entre aquilo que é defendido, particularmente, nas OCEPE (Silva et al., 2016) e aquilo que encontramos nas fichas curriculares em ambiente de formação académica e profissional.

Do conjunto das Unidades Curriculares entendemos que a maior preocupação com as questões da cidadania encontra-se na Unidade Curricular de Cidadania em Educação de Infância e em Prática e Intervenção Supervisionada em Jardim de Infância. Parece haver uma articulação entre ambas que sugerem um trabalho conjunto em torno das questões em análise. No mesmo sentido, importa realçar que, no conjunto das 16 Unidades Curriculares analisadas, identificamos doze onde se verificam três ou mais categorias associadas às dimensões da cidadania presentes no processo formativo. Reafirmamos que esta leitura pode ser limitada na medida em que as/os docentes podem trabalhar conteúdos que não estão presentes de modo direto nos programas ao longo do processo de ensino e de aprendizagem.

Em suma, concluímos que o mestrado em Educação Pré-escolar analisado parece responder de modo assertivo ao que é sugerido pelos documentos orientadores da profissão em Portugal.

4 Referências

- Cardona, M. J., Nogueira, C., Vieira, C., Uva, M., & Tavares, T.-C. (2010). *Guião de Educação, Género e Cidadania – Pré-escolar*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.
- Henriques, H. & Marchão, A. (2014). Género, cidadania e práticas educativas: a promoção da igualdade em contextos educativos. In M. J. Carvalho, A. Loureiro & C. A. Ferreira, (Orgs.), *Atas do XII Congresso da SPCE-Espaços de Investigação, Reflexão e Ação Interdisciplinar* (pp. 1855-1863). Vila Real: UTAD/SPCE.
- Henriques, H., & Marchão, A. (2016). Educação para a igualdade de género: leituras a partir da realidade de cinco jardins de infância do distrito de Portalegre, Portugal. *Foro de Educación*, 14(20), 339-360.
- Marchão, A. (2012). *No jardim de infância e na escola do 1.º ciclo do Ensino Básico. Gerir o currículo e criar oportunidades para construir o pensamento crítico*. Lisboa: Edições Colibri.
- Marchão, A. (2016). Ativar a construção do pensamento crítico desde o jardim de infância. *Revista Lusófona de Educação*, 87-98.
- Martins, M. J., & Mogarro, M. J. (2010). A educação para a cidadania no século XXI. *Revista Iberoamericana de Educación*, 53, 185-202.
- Silva, I., Marques, L., Mata, L., & Rosa, M. (2016). *Orientações curriculares para a Educação Pré-escolar*. Lisboa: Ministério da Educação (DGE).
- Vasconcelos, T. (2007). A importância da educação na construção da cidadania. *Saber (e) Educar*, 12, 109-117.
- Diplomas legais:
- Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro Lei de Bases do Sistema Educativo.
- Lei n.º 5/97 de 10 de Fevereiro Lei Quadro da Educação Pré-Escolar.